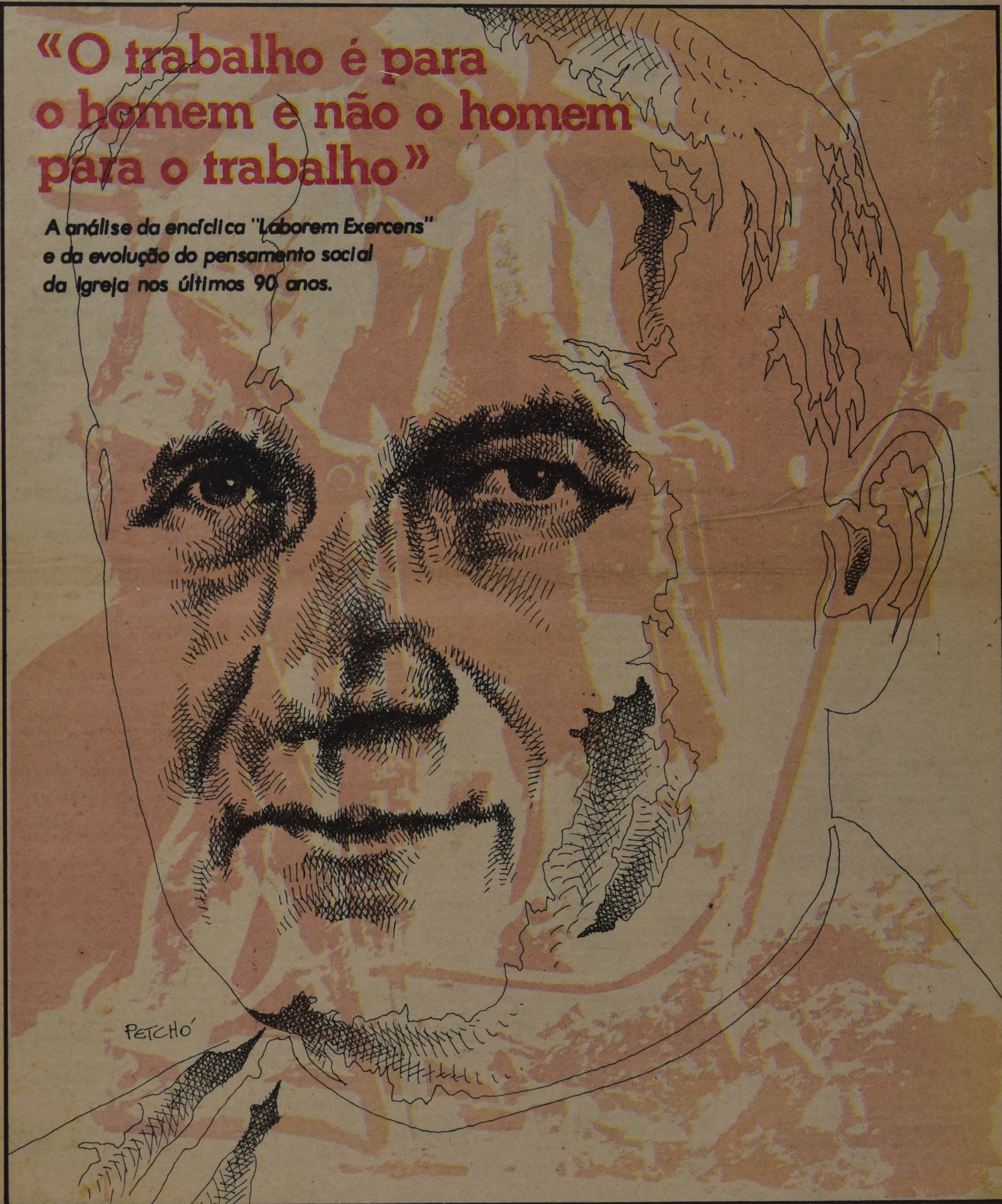


FOLHETIM

«O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho»

A análise da encíclica "Laborem Exercens" e da evolução do pensamento social da Igreja nos últimos 90 anos.



Nesta edição:

3
Para o jurista Dalmo Dallari, a "Laborem Exercens" é coerente com os fundamentos da religião expressos no Livro do Gênesis — um pensamento que a Igreja recuperou nos últimos 90 anos.

4
"Em vez de falar em querubins, de serafins, o Papa vem falar de greve, vem falar de sindicatos, vem falar de socialização..." O comentário é do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio.

5
A evolução do pensamento social da Igreja pode ser percebida na comparação entre a "Rerum Novarum", editada há 90 anos, e a "Laborem Exercens". A artigo de Cândido Procópio, do Cebrap.

6
As novidades desta encíclica e sua enorme propriedade para a análise da realidade social brasileira são assuntos abordados pelo frei José Oscar Beozzo, do Instituto Teológico de Lins.

8
Em entrevista, d. Angélico Sândalo, bispo de São Miguel Paulista, diz como a mensagem do Papa chegará aos fiéis e avalla a responsabilidade do empresário cristão.

9
Afinal, qual é a autoridade religiosa de uma encíclica? Em depoimento, o bispo de Bauru, d. Cândido Padim, explica a diferença entre um dogma de fé e um ensinamento doutrinário, como a encíclica.

10
Partindo da acusação de plágio feita pelo crítico José Guilherme Merchior à filósofa Marilena Chauí, Maria Rita Kehl discute a posse de idéias na sociedade da comunicação de massa.

11
O professor de Literatura Brasileira na USP, Alfredo Bosi analisa o último livro de Marilena Chauí: "Cultura e Democracia" e discute o sentido da liberdade no pensamento da filósofa paulista.

12
"Fim do caso", uma ficção inédita de Modesto Carone.

FOLHETIM

um suplemento da
FOLHA DE S. PAULO

Comissão Editorial
Rogério C. Cerqueira Leite (coordenador)
Joelmir Beting
J. A. Guilhon Albuquerque
Severo Gomes
Eunice Duhren
José P. de Santa Cruz
Miguel Reale Jr.
Paulo Archias Mendes da Rocha

Redação Jaime Klintonitz
Editor Responsável Boris Casoy

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião deste jornal

o folhetim de Márcio Souza

Fascículo 18

Folhetim burlesco cripto-baré psicografado em 1977 pela imaginação destemida e férrea do professor Ediney Azancoth obstrator de quintessências amazenses e plagiado por Márcio Souza em 1981.

"Homni soit qui mal y pense" (pronuncia-se: omi sua qui mal i panç")



Resumo dos fascículos anteriores: Para evitar que o governo lhe chegue com a responsabilidade de administrar a crise, o professor Boto trama a subida ao poder de seu mentor, o dr. Pata. E quando chega na cidade um emissário do dr. Goulart, com uma maleta de dinheiro.

A resistível ascensão do Boto Tucuxi

O emissário do dr. Goulart queria reforçar as hostes petebistas e trazia uma mala cheia de dinheiro. Eram as notas de dinheiro mais novas já vistas em Manaus em trinta anos. O velho Cabeleira ainda tentou arrebatá-la a presa para o seu lado, marejando de lágrimas um discurso que relembra os bons tempos do Getúlio. Não deu certo. Falhou na culinária ainda que o virtuoso manejo da oratória, um príncipe do verbo em torrente era o que o Cabeleira sempre fora, quase tivesse levado tudo a perder para o Boto. Não fosse a rápida intervenção de Maria Pequenina, com a costureira e eficiente perversidade feminina, a campanha do dr. Pata, que ela custara a aceitar, teria se evaporado como a proibição num covil de contraventores. Esgrimando uma eficiente etiqueta praticada e aperfeiçoada no poder, Cabeleira contratara os serviços do Cabaré La Chunga e ali decidira oferecer uma alegre homenagem ao visitante e emissário do herdeiro de Getúlio. O emissário era um elemento com tendências geológicas, pouco firmes, se assim se pode definir tal peralvilho gaúcho, e uma festa no Cabaré, para quem conhecia esses serviços, era um abalo sísmico poderoso demais para impedir que a maleta fosse parar em mãos erradas. O Cabeleira mesmo em pessoa compareceu ao ato, desembarcando do carro governamental em frente a casa de um correligionário, numa rua paralela, e adentrando-se no ambiente com uma escolta de seis tententes da Polícia Militar e uma caixa de chocolates helvéticos que



estendia para todas as moças que lhe aguardavam em fila desde a porta até a mesa de banquete arrumada ao fundo do salão. Peruca, o proprietário, estava nas nuvens. Aquilo sim era um espetáculo digno, com a emocionante pompa de uma boda real e nem de longe podia ser comparado ao desatado aparecimento das feitiças, se é que eram de fato antes de tal envergadura metafísica. O convidado deixava escapar no meio do alarido que jamais havia estado numa casa como La Chunga. No Rio de Janeiro era impossível encontrar alguma coisa assim. Tudo ali era mais autêntico, mais brasileiro; o assoalho de madeira de lei, as bandeirinhas de papel, as lamparinas, tudo era positivamente brasileiro. Nada das frescuras afrancesadas, nada das madames oxigenadas, das polacas macilentas, dos palacetes decadentes fedendo a miolo e em ruelas do Cosme Velho. La Chunga era saudável como o povo brasileiro. O velho Cabeleira é que não perderia a oportunidade de fazer ironia, porque final o Rio de Janeiro era a capital federal e tinha em oferta todos os rabos que uma criatura humana podia desejar. O Rio tinha até a sede do governo, que um lapso étlico fez com que o emissário chamasse de Palácio do Cacete, centro dos sonhos e das artimanhas liberais da geração urbanizada de Cabeleira. Mas somos cabeça dura, meu filho, argumentava o governador sem dar a menor importância para o erro do interlocutor, porque o erro às vezes revelava o avesso das coisas e era

CONTINUA NO PRÓXIMO
DOMINGO

O jurista Dalmo Dallari vê a "Laborem Exercens" como uma "encíclica dialética", mas coerente com as raízes da religião

Capital x Trabalho

Vera Artaxo



Ilustração de Fausto Bergocci

Pode-se dizer que o pensamento social da Igreja está comemorando quase um século, se situarmos seu surgimento, como fazem muitos, em 1891. Mas a verdade, diz o pensador católico Dalmo Dallari, "é que a Bíblia já contém o pensamento social da Igreja". De fato, o Gênesis prega: "Crescei e multiplicai-vos, semeai a terra e submetei-a." Dallari explica que é através do trabalho que o homem submete a terra. Submeter a terra é, segundo ele, utilizar todas as riquezas que foram postas à disposição do homem, transformando-a e dando-lhe efetiva utilidade. O professor de Direito chama a atenção para o fato de que "essas riquezas não foram criadas pelo homem, mas por Deus, então não se justifica que alguns homens apenas tirem proveito dessa riqueza".

Excetuando-se o livro do Gênesis, de fato, a doutrina social da Igreja começou a evoluir há 90 anos. A preocupação com o trabalho tem sido uma constante nos documentos oficiais da Igreja desde Leão 13, que editou a "Rerum Novarum". Posterior à Revolução Industrial, esta encíclica se inseriu num contexto de existência paralela de uma situação de prosperidade econômica e de injustiças sociais. Dalmo Dallari analisa:

"A 'Rerum Novarum' apareceu num momento de conflito claramente estabelecido entre o capital e o trabalho. Sob influência do liberalismo, o capitalismo havia tomado características por demais individualistas. O uso da riqueza, dos bens de produção, era visto numa perspectiva puramente pessoal, sem nenhuma responsabilidade social. O dono do capital tirava o máximo proveito dando o mínimo possível em retribuição."

Para o professor, o aumento e a organização dos marginalizados nesse processo provocaram uma imensa reação no começo do século: "Foi por esse caminho que surgiu o marxismo, numa reação extrema que considerou injusto todo trabalho assalariado, visto aí como forma de exploração do trabalhador." A Igreja, por sua vez, também reagiu. Leão 13 procurou compatibilizar na "Rerum Novarum" a propriedade privada, o capital e o trabalho, exigindo salários justos e ampliando o conceito de justiça no trabalho. Segundo Dalmo, em 1891 o papa "colocou a questão das condições de trabalho e tratou, sobretudo, da jornada de trabalho, criticando as jornadas longas".

EXCESSOS E DIREITOS

Em 1931, o papa Pio 11 assinou a encíclica "Quadragesimo Anno", que já encontrava parte do mundo transformado pela experiência socialista soviética, então muito recente. Mas não tanto para que a idéia de socialização da propriedade não tivesse avançado. Pio 11 retomou o tema do trabalho e procura demonstrar que algumas medidas já tinham sido adotadas no sentido de conter os excessos capitalistas e de assegurar direitos aos trabalhadores. O importante, aponta Dallari, "é que o trabalho é tratado como um direito da pessoa humana na 'Quadragesimo Anno'. O desemprego, que já ameaçava os trabalhadores na época, também foi uma preocupação da encíclica. Pio 11 colocou pela primeira num documento oficial da Igreja a noção de que o homem se realiza através de seu trabalho e que sofre frações enquanto ser humano se fica privado da possibilidade de trabalhar. Registrando ainda um alargamento da noção de trabalho e de trabalhador, prega a solidariedade entre os trabalhadores e com eles.

Trinta anos depois João 23 retomou novamente o tema na "Mater et Magistra", numa perspectiva bem próxima à de nossos dias, segundo o jurista, "com um avanço muito grande das idéias socialistas e com uma demonstração clara de que o capitalismo estava aumentando as injustiças sociais". Na "Mater et Magistra" João 23 fala com muita insistência na dignidade do trabalho e do trabalhador, considerando indispensável que se colocasse a pessoa do trabalhador em primeiro lugar. Uma resposta ao aumento do poder eco-

nômico gerado pela acumulação de riquezas que o crescimento do capitalismo proporcionou a alguns, resultando no enfraquecimento dos economicamente mais fracos.

"João 23 também considerou indispensável que o trabalho fosse realizado de tal maneira que houvesse justiça na retribuição e que houvesse respeito ao trabalhador, que não fosse tratado como uma peça da produção", lembra Dallari, colocando a questão da propriedade na "Mater et Magistra": a propriedade privada dos bens de produção foi admitida com uma ressalva, segundo a qual "ela deveria ser utilizada de acordo com benefícios sociais, ou seja, afirmando que a propriedade privada só se justifica se for usada para o bem da humanidade".

PALAVRAS E AÇÃO

A encíclica, "Octagesima Adveniens", lançada há 10 anos e assinada por Paulo 6.º, reafirma todas essas colocações. E avança abordando a possibilidade de uma ação prática da Igreja para conseguir esses resultados. Para Dalmo Dallari, ele teve uma importância muito grande estimulando esta prática e ampliando a dimensão da atuação da Igreja, que acreditava ser dupla: a espiritual e a social, "trabalhando para que aquilo que ela diz ser justo aconteça". Paulo 6.º chama a atenção para a existência de padres operários como uma prova de que a Igreja não ficava nas palavras, na meditação, mas que ia ao plano do social trabalhar. Dallari acha que Paulo 6.º estimulou os católicos a adotarem posições concretas de militância no plano social.

Com esses antecedentes do perfil histórico da doutrina social da Igreja, o momento de acirramento das desigualdades no mundo, e a expectativa sobre João Paulo 2.º, a comemoração dos 90 anos da "Rerum Novarum" não poderia ficar imune. A repercussão da "Laborem Exercens", defendendo a primazia do trabalho sobre o capital ecoa sobretudo no chamado 3.º mundo, conquistado pelo Papa em suas visitas. Como disse Alceu Amoroso Lima, na contracapa do documento lançado pelas Edições Loyola, "a encíclica não é feita especialmente para um país, mas se aplica muito bem ao que acontece hoje no Brasil, quando o povo está tomando consciência de seus direitos, pois encontra-se sacrificado por uma economia do tipo capitalista..."

João Paulo 2.º enriqueceu o tema, ampliando o tratamento da temática e as técnicas de análise dos problemas sociais. Dalmo Dallari identifica a utilização de técnicas marxistas de análise na "Laborem Exercens": "ele faz o confronto capital/trabalho, faz o confronto propriedade privada/propriedade socializada, estudando o social numa perspectiva dialética". Ele admite que o capital foi criado pelo trabalho, continua Dallari, "e esse é um dos pontos sustentados por Engels, especialmente no livro 'Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado', conceito que aparece textualmente nesta Encíclica".

Assim o Papa mostra a prioridade do trabalho sobre o capital. E chama a atenção para a existência, no mundo, de muitas riquezas potenciais que só trazem algum benefício para o homem através do trabalho. Como diz Dallari, "se é o trabalho que dá utilidade às riquezas, ele tem que ter prioridade". Daí a indicação de atender às necessidades do trabalhador não só do ponto de vista econômico, "mas como um veículo para a realização plena da personalidade do trabalhador". Isso é novo num documento oficial da Igreja.

João Paulo 2.º também avança na questão da propriedade dos bens de produção, na análise de Dallari, porque "anteriormente as encíclicas afirmaram que a propriedade privada dos bens de produção é legítima, e deveria ser aceita apenas com a ressalva de ser utilizada para o benefício da humanidade". Nesta encíclica aparece claramente a idéia de socialização dos bens de produção. Por tudo isso, o professor acredita que o documento deverá melhorar muito a relação entre "os padres e bispos que se preocupam mais com o social, e"

todos aqueles que dentro ou fora da Igreja têm uma atitude mais conservadora". A restrição que parte da Igreja vem sofrendo no Brasil é justamente a de trabalhar no plano social, e agora a encíclica não só legitima esse trabalho mas o recoloca como uma obrigação. Dallari acha particularmente importante o trecho da encíclica que fala de solidariedade, "propondo uma integração social através do trabalho e valorizando não só o trabalhador mas todos os que lutam por essa solidariedade".

INFLUÊNCIA POLONESA

As viagens de João Paulo 2.º certamente influenciaram a atitude do Papa. O contato com os países mais pobres, com os trabalhadores e marginalizados, trouxe o Sumo Pontífice para bem perto do que é uma situação de injustiça. Dallari aponta outro fator determinante para a publicação do novo documento da Igreja: "é a situação polonesa, onde se desenvolve uma luta muito tensa pela dignidade e liberdade do trabalhador, pelo trabalho como fator de

valorização do ser humano". No caso da Polônia está posto, também, quem deve ser proprietário dos bens de produção, lembra Dallari, indicando nesse contexto as vantagens e desvantagens da propriedade socializada: "acho que o papa, especialmente sendo polonês, tem condições muito privilegiadas para analisar o fenômeno polonês, e deve ter tirado desses fatos uma série de ensinamentos que agora estão refletidos na Encíclica. Eu creio que a ênfase na solidariedade foi inspirada na realidade polonesa".

Dalmo Dallari refuta as acusações de vacilação da Igreja. Ele não concorda com os que desconfiavam de João Paulo 2.º, nem com os que advertem que a Igreja estende as duas mãos, uma para cada lado. O que existe é uma diversidade muito grande entre os católicos, diz ele. "e há desacordo entre os métodos que devam ser usados no processo de construção de uma sociedade justa, mas isso é secundário, os objetivos são comuns, seria uma contradição se dentro da Igreja não fosse possível o debate, que pode levar à conciliação".

O ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio acha a "Laborem Exercens" uma encíclica importante, capaz de sacudir a Igreja

"A greve em vez dos querubins"

"Para quem quer ver a Igreja confinada à sacristia, essa Encíclica vai dar muita dor de cabeça." Assim o professor Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal, hoje militante do PT, iniciou sua exposição num seminário promovido no Mosteiro de São Bento esta semana. Arrancando risos da plateia, Arruda Sampaio não perdeu o fio: "Em vez de falar de querubins, de serafins, o Papa vem falar de greve, vem falar de sindicato, vem falar de socialização, vem falar que trabalho não é mercadoria..."

Claro, isso é política. Como é que a Igreja não pode fazer política, pergunta o debatedor numa mesa presidida por dom Paulo Evaristo Arns, respondendo logo: "Seria muito provincianismo da nossa parte achar que o Papa fez essa Encíclica por causa de uma revoadada de críticas que anda sobre a Igreja em virtude das posições que ela tem tomado." Afastando a possibilidade de que a "Laborem Exercens" signifique uma resposta aos menos progressistas, Arruda Sampaio brinca: "Não foi por isso, mas se fosse procurar uma horinha pra fazer, era essa..."

Advertindo que sua colocação é apenas a de uma primeira leitura, ele recomenda que é necessário ler a Encíclica várias vezes, considerando que ela abre enormes perspectivas e confessando que nunca leu uma Encíclica sem preocupação, reconhecendo que os assuntos abordados pelos documentos oficiais da Igreja neste século não são temas fáceis para ela: "Eu não acredito que devamos enfrentar as questões de política com tranquilidade, questões que vivemos dia-a-dia nos nossos bairros, nos nossos movimentos, no nosso convívio."

A plateia atenta, composta em sua maioria por não leigos, ou leigos católicos militantes, sabe do que o ex-membro da Juventude Universitária Católica fala. Afinal, eles enfrentam dificuldades no seu cotidiano em suas comunidades eclesiais de base. Recusando a ideia de que tudo o que os papas dizem está certo, ele fez dom Paulo sorrir admitindo uma providencial lembrança. Há anos atrás o cardeal confessou num aniversário em que questionaram sua vida: "Uma coisa é certa, nunca dormi uma noite sem preocupação..."

Plínio de Arruda Sampaio reviu a posição da Igreja em momentos importantes como o que a humanidade atravessa agora: "No começo da revolução industrial, quando a classe operária contesta o poder da burguesia e esta, por sua vez, contesta o poder da aristocracia, a Igreja vinha com uma longa história de envolvimento com o intemporal e ignorava os conflitos que se formaram antes da Revolução Francesa, naquele momento em que se associou uma luta contra a burguesia a um ataque contra o clero, a Igreja não tinha visão da história."

O próprio Pio 11, anos depois, declarou que o grande escândalo do século era que a Igreja tinha perdido a classe operária. O conferencista acha que as encíclicas são uma retomada desse diálogo, "uma retomada penosa, porque não foi um erro cabal, porque a classe operária também não ascendeu sem erros, sem profundos desvios, e porque as doutrinas que pro-

curaram racionalizar os interesses da classe operária e procuraram articulá-los não deixaram de cometer muitos desvios".

Classificando sua leitura da "Laborem Exercens" como a busca de um encontro que precisa ser feito, Arruda Sampaio identificou os pontos importantes: "A primeira coisa é a explicitação do conceito de trabalho com a dupla perspectiva de produzir o que se precisa para viver e de trazer a realização pessoal de quem trabalha e nisso a Encíclica é a crítica mais contundente ao capitalismo que já foi feita." Em sua avaliação, ele pondera que desde a "Rerum Novarum" houve condenações ao capitalismo, mas essa crítica

vem crescendo e "essa Encíclica é a que mais ataca o capitalismo, ao ponto de ele não ser mais problema, porque já estamos conscientes de que ele não pode levar a uma sociedade justa e ao respeito do ser humano".

Na abordagem de um problema que angustia muitos católicos, dado o ateísmo da doutrina marxista, Arruda Sampaio tocou no ponto: "Como nos entendemos com o socialismo, que procura representar os interesses operários e que dizem coisas que fazem reagir nossa sensibilidade cristã?" Católico também, ele confessou que foi criado com a imagem de que o amor cons-

trói e que se arreia quando um companheiro de partido fala da necessidade de transformar o ódio em energia.

"O Papa avança bastante esta questão. Eu diria que do ponto de vista do conceito do trabalho ele critica duramente o capitalismo por encerrar o trabalho como mercadoria, e essa é precisamente a crítica de Marx, que destinou os três volumes do Capital a mostrar que o capitalismo transforma o trabalho em mercadoria."

Quanto ao problema da propriedade, as encíclicas partem de uma defesa da propriedade natural, intocável ("Rerum Novarum") e uma justificativa só pelos seus resultados, enquanto produz o que é necessário e garante a realização do trabalhador ("Laborem Exercens"). O novo conceito de "dador" de trabalho é apontado por Arruda Sampaio como o terceiro ponto importante: "Ela diz que todo mundo trabalha porque alguém dá esse trabalho, o que no capitalismo é conferido apenas ao dono da fábrica, mas aqui o proprietário dos bens de produção é o 'dador direto', a Encíclica não usa a palavra patrão nenhuma vez, quando todas as outras usaram."

Examinando as implicações desse conceito e o texto que afirma não haver trabalho sem um "dador indireto", Arruda Sampaio interpreta que "não há economia organizada sem a intervenção do Estado". Para ele, isso arrebenta outra corda que amarrrou os católicos durante anos, representada pela ideia de que o Estado não tinha que intervir na economia. Na leitura do conferencista, o Papa legitima e admite a necessidade da intervenção do Estado na economia, aceitando o planejamento da economia, "o que é mais um passo para a socialização". A Encíclica não aceita, no entanto, "é a estatização absoluta e completa de todos os meios de produção."

As relações entre o capitalismo, o socialismo e o marxismo: outro problema abordado que representa "um problema da nossa geração, um problema que atormentou minha juventude e atormenta minha maturidade, um problema que está na raiz das perplexidades de todos os católicos", segundo Arruda Sampaio, para quem "não há comodidade no catolicismo". Essa é a primeira Encíclica, diz, que coloca o socialismo historicamente, como uma resposta à insensibilidade do capital. Essa é outra mudança importante na postura da Igreja, conclui:

"Expressões que não consegui traduzir bem: luta de classes programada, ditadura do proletariado, partido único, burocratização e poder excessivo da burocracia do Estado. Isso não traz a felicidade do homem, mas a dominação do ser humano, o afogamento de sua personalidade. Esses pontos estão sendo criticados por marxistas a partir de uma interpretação de Marx, os partidos comunistas europeus já abandonaram essa linguagem. O Papa critica essa realidade mostrando pontos que não podemos realmente aceitar, mas não há na Encíclica condenação ao socialismo, e sim aos seus produtos, salvo uma condenação ao materialismo histórico, coisa que quem crê em Deus não pode mesmo aceitar." (Vera Artaxo)

A nova encíclica demonstra a capacidade da Igreja de perceber as mudanças sociais

Uma nova ética social

Cândido Procópio

Comemorando o 90.º aniversário da "Rerum Novarum", escreveu João Paulo 2.º a encíclica "Laborem Exercens", carta formal dirigida pelo Papa, conforme rito secular, "aos veneráveis irmãos no episcopado, aos sacerdotes, às famílias religiosas, aos filhos e filhas da Igreja", conforme a inovação introduzida pelo papa João 23, acrescenta, ainda, entre os seus destinatários, a "todos os homens de boa vontade". Mais do que nunca, a Igreja fala "Urbi et Orbi", para a cidade e para o mundo, para os cristãos e para os que não se sabem cristãos.

Abandonando o plural magestático, utiliza a primeira pessoa do singular de maneira mais moderna e mais modesta do que a forma solene do estilo curial. O texto, entretanto, mantém a tradição do Vaticano e desenvolve a sua incomparável arte de apresentar o que é renovado como continuidade do passado.

Nestes noventa anos que medeiam a publicação da "Rerum Novarum" e a recente carta de João Paulo 2.º, o mundo passou por profundas transformações. O cotejo dos dois documentos permite vislumbrar como a Igreja, a partir de seu próprio patrimônio valorativo, rearticula, no presente, seu relacionamento com Estados diversamente organizados e com as classes sociais que se configuram nos diferentes modos de produção.

INTERROGAÇÕES

Logo nas primeiras páginas (1), o leitor se depara com o reconhecimento de interrogações e problemas (2) novos, como que introduzindo, de modo expresso, dimensão histórica, no relato atemporal da Igreja. Se invoca fundamento escritural para legitimar, em última análise, posturas assumidas no decorrer da encíclica, não se furta em afirmar que as passagens citadas do Livro do Gênesis expressam verdades fundamentais, "por vezes mediante modo arcaico (3) de manifestar o pensamento".

Entre os vários e interligados problemas sociais, econômicos e políticos tratados pela "Laborem Exercens", dois parecem merecer especial destaque: o relativo às formas de organização econômica e política e o referente à natureza do trabalho humano. O primeiro diz respeito à avaliação, fundada em ética social humanista, dos Estados capitalistas e dos que se autodenominam como socialistas; o segundo trata da dignidade do trabalho, das relações que estabelece entre os homens e do relacionamento humano com as mercadorias que são produzidas.

Em perspectiva histórica, convém lembrar que a encíclica "Rerum Novarum", dada em 15 de maio de 1891, no décimo quarto ano do ponti-

ficado de Leão 13, representou um extraordinário progresso no pensamento oficial da Santa Sé a respeito da "questão social". Abandonando as posturas antiliberais e antiburguesas predominantes nos pronunciamentos pontifícios desde a Revolução Francesa, que se expressavam em documentos abrangentes e radicais como o "Syllabus" (1864), de Pio 9, a "Rerum Novarum" representa a aceitação formal pela Igreja do regime de capitalismo industrial. Certamente prevenindo contra os "excessos" do sistema, não se exime de ordenar toda uma argumentação em sua defesa. Assim, considera essencial a preservação da propriedade privada dos meios de produção e, de modo consequente, reitera condenações em termos absolutos das propostas políticas de feição socialista. O estilo e o espírito da Igreja na época transparecem na seguinte passagem:

"Por tudo o que Nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade coletiva

deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se socorre, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular." (4)

OS "COLETIVISTAS"

Seria excessivamente longa a análise de alterações graduais nos pronunciamentos dos pontífices romanos nos últimos 90 anos a respeito dos méritos — e deméritos — do regime capitalista em comparação com os chamados socialistas, que nas páginas da "Laborem Exercens" são classificados de coletivistas...

Este tópico crucial da carta de João Paulo 2.º sobre o trabalho humano parece indicar que não apenas a postura da Igreja teria ficado "equidistante" dos dois sistemas que dividem as nações desenvolvidas, mas que a

crítica aos regimes coletivistas baseia-se em sua insuficiente capacidade de socializar. Nas palavras do Papa: "Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória" (5). Se existem referências à revisão do capitalismo, o horizonte colocado em termos de conveniência do uso social da propriedade (tanto no capitalismo como no coletivismo) transparece de muito a vaga "função social da propriedade", já proclamada no contexto da economia medieval por São Tomaz de Aquino. Não se pode deixar de sentir que há algo de prioritário nesta solidariedade, seguramente clamando ao coração e à inteligência do Papa e que inspira o propósito de rever, em nome de uma socialização mais adequada, as imperfeições dos regimes coletivistas.

UMA NOVA ÉTICA

A encíclica "Laborem Exercens" inaugura uma nova lógica e um novo direcionamento na ética social da Igreja voltados para a "revisão" do coletivismo na procura de formas de organização mais humanas e mais fiéis aos ideais de socialização.

Outro tema candente na carta sobre o trabalho humano diz respeito à natureza do trabalho dos homens. Concepção humanista do trabalho, ao qual se deve subordinar o capital, fruto do trabalho é apresentada com coerência e clareza. A humanidade do homem é como que redescoberta, pois os objetos feitos pelo homem não se transformam — na visão do Papa — em simulacros objetivos que acabam dominando a vida e a dignidade dos homens. O fruto do trabalho humano, como a experiência subjetiva e o processo objetivo do trabalho devem convergir, expressão e fundamento da dignidade humana.

Seguramente, a Igreja do Brasil vai receber legitimação da autoridade da encíclica, mas a carta confunde os que pretendem apor à ortodoxia vaticana o pensamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

- (1) Carta Encíclica de João Paulo 2.º sobre o trabalho humano "Laborem Exercens". 90.º aniversário da "Rerum Novarum", São Paulo, Paulinas, 1981.
- (2) "Laborem Exercens", pag. 16 (grifo no original).
- (3) "Laborem Exercens", op. cit., pag. 16 (o grifo é do autor).
- (4) Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria-Geral da Presidência. Leão 13 — Sobre a condição dos operários. Encíclica "Rerum Novarum" in: Documentos Pontifícios sobre a Questão Social. Brasília, julho de 1967, pp. 7/41.
- (5) "Laborem Exercens", op. cit. p. 54.

ooo
Cândido Procópio Ferreira de Camargo é pesquisador do Cebap e professor na PUC-SP.



Ilustração de Maria L. Magliani

As novidades desta Encíclica...

José Oscar Beozzo

Noventa anos separam a encíclica "Rerum Novarum" de Leão 13 sobre a "Questão Social", da nova carta "Laborem Exercens" de João Paulo 2.º, sobre o trabalho. Leão 13, um conservador esclarecido, iniciou a difícil aproximação da Igreja com o mundo moderno nos dois pontos mais cruciais: no campo político, pelo reconhecimento tácito dos Estados liberais — laicos e quase sempre anticlericais, e no campo social pelo reconhecimento da realidade do capitalismo industrial, com seus conflitos, seu progresso técnico-científico e o seu cortejo de miséria social. De lá para cá, o mundo conheceu as revoluções sociais do século 20 e a Sé de Roma está ocupada por um papa polonês, vindo de um país, estruturado não mais nos moldes do capitalismo liberal e sim do socialismo.

Arrancando de uma afirmação fundamental de ambos os papas, "O trabalho é para o homem" e não "o homem é para o trabalho" o comentarista econômico da "Folha", Joelmir Beting concluiu: "As duas encíclicas são idênticas nos fundamentos, nos conceitos e nos postulados — a verdade é eterna. A diferença é apenas de época."

João Paulo 2.º sublinha esta continuidade ao longo de todo o documento, mas sempre rastrear as diferenças de épocas que alteram conceitos e postulados.

DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL A AUTOMAÇÃO

O trabalho humano está sofrendo uma mutação tão ou mais importante do que a ocorrida durante a revolução industrial, pela mudança nas condições tecnológicas, econômicas e políticas do seu exercício. A primeira destas mudanças é a automação da produção. A encíclica acrescenta três outras: O aumento do custo da energia, as preocupações ecológicas e a emergência dos povos do 3.º Mundo, postulando seu lugar no cenário internacional depois de séculos de sujeição.

Aqui reside a primeira diferença entre as duas cartas: o trabalho se exerce em novas condições e a "questão social" de Leão 13, na realidade, o problema do operariado industrial europeu, nos fins do século 19 ganha nova abrangência, incluindo os conflitos entre países da abundância e os da miséria, debaixo de diferentes regimes e estágios econômicos. Abraça ainda os vários tipos de trabalho, o do operário industrial, mas também o do trabalhador agrícola e o das muitas categorias de trabalho intelectual e burocrático, sem deixar de contemplar, neste ano internacional do deficiente (LE 22), o seu direito à participação na sociedade e no trabalho.

O TRABALHO: "CHAVE ESSENCIAL" DE LEITURA

Leão 13 abriu a "Rerum Novarum" afirmando que não se podia combater os abusos do capitalismo, tocando-se na propriedade privada "direito natural do homem" (RN 10). Acrescentava ainda: "Fique, pois, bem as-

sente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular" (RN 23) Prevendo a objeção a partir da tradicional doutrina da Igreja sobre a destinação universal dos bens, argumentava Leão 13: "Não se oponha também a legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo o gênero humano para a gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos." (RN 14).

A "Laborem Exercens" cumpre uma revolução teórica fundamental ao deslocar o eixo de leitura para o trabalho. A preocupação com a propriedade levou, na prática, a que a doutrina social da Igreja fosse apropriada para legitimar e sacralizar a propriedade capitalista e favoreceu o universo dos proprietários e de seus interesses, por mais que esta insistisse na eminente dignidade do trabalho. Deslocando o eixo teórico para o trabalho, a Igreja encerra um capítulo de sua doutrina social que deverá ganhar novo impulso a partir desta perspectiva.

A INFLEXÃO DO VOCABULÁRIO

Numa instituição como a Igreja, onde a vigilância sobre o reto uso das palavras alcança alto grau de refinamento, deve-se estar atento à brusca mudança no vocabulário. A "Laborem Exercens" no miolo de sua análise, ao criticar as doutrinas contemporâneas sobre o trabalho, abandona o vocabulário, viciado pelo seu uso no embate ideológico e aplica ao liberalismo capitalista o conceito de "Economismo" e à visão socialista o de "Materialismo".

Há no manuseio cuidadoso dos termos, a preocupação de ganhar distância do debate corrente, para cernir as questões de fundo. O que diferencia as duas visões é que o Liberalismo ou "Economismo" no dizer do Papa, privilegia o Capital e a sua reprodução em todo o processo econômico e o Socialismo privilegia a Força de Trabalho. A Igreja por sua vez se afasta do liberalismo ao submeter o Capital ao Trabalho. Marca sua distância em relação ao socialismo por este caracterizar o trabalho objetivamente como "força de trabalho", um elemento ao lado dos outros no processo produtivo. A Encíclica reivindica para o trabalho humano a recuperação de sua "subjetividade", entendida como controle do homem sobre o processo de trabalho, como emergência do seu ser pessoa, em procedimentos produtivos altamente despersonalizantes.

Fica este grito pelo homem, como anúncio semelhante à utopia de se passar do "reino da necessidade para o reino da liberdade", mas também como tarefa concreta proposta a todos os homens e instituições ligados ao trabalho.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Na "Rerum Novarum" competia ao Estado interferir no

social para pôr fim às desordens e revoltas do proletariado assegurando a ordem e a paz (RN 4 e 46ss), tendo "por dever principalíssimo assegurar a propriedade privada" (55) e também de "ingerir, sem temer a censura" contra a exploração da classe operária no trabalho, assegurando-lhe justo salário e seus direitos (RN 48-49).

Nos sucessivos documentos da Igreja, neste século foi avultando esta figura do Estado como árbitro dos conflitos entre capital e trabalho e garantia de proteção dos mais fracos contra a exploração dos mais fortes, contrariando a clássica doutrina liberal de que ao Estado competia a manutenção da ordem e repressão aos que pela greve rompessem os contratos de trabalho "livremente" estabelecidos entre o patrão e cada operário, individualmente.

Na "Laborem Exercens" chegam a termo duas outras linhas de raciocínio: A preocupação pela ordem, é substituída pela de justiça, para cuja construção demanda-se uma profunda revisão e transformação de estruturas injustas. Ao Estado compete menos assegurar a propriedade privada do que zelar pela sua destinação social e mais precisamente dirigi-la para servir ao trabalho. (LE 2 e 14). O único título de posse legítima para a propriedade é que não exista "contra o trabalho", nem seja "possuída para possuir, mas que sirva ao trabalho".

A segunda linha de raciocínio é que o Estado tornou-se por sua vez uma ameaça para a sociedade. Historicamente a Igreja contrapôs os direitos da pessoa, anteriores e superiores, ao direito do Estado. Com João 23 acentua-se a preocupação de que o indivíduo ficaria esmagado, se sozinho perante o Estado, e que por isso necessitava de corpos e instituições intermediárias onde pudesse exercer livremente sua influência e sua ação. João Paulo 2.º, reivindica um passo além: o controle do Estado pela sociedade civil.

A "socialização" dos meios de produção pelo Estado para evitar a exploração do trabalho pelo Capital, adicionou uma massa de novos poderes ao Estado. A Encíclica diz textualmente: "Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade..." Dizendo isto, a Igreja soma-se aos vastos movimentos que procuram unir os vários segmentos da sociedade civil para conter e direcionar um Estado que quer se colocar fora e acima da sociedade, fora e acima de qualquer freio ético, reduzindo a sociedade e as pessoas a meros executores de seus planos e vontades.

POR UMA ESPRITUALIDADE DO TRABALHO

Uma última novidade na carta de João Paulo 2.º, é sua aguda consciência de que as fontes de renovação do homem e da sociedade vêm de mais fundo e de mais longe. As realidades mais materiais estão prenhes do espiritual, vocação maior e última do homem.

A função cumprida pela mística na luta social e política dos homens, o Papa a coloca na espiritualidade do trabalho.

Dois elementos a caracterizam: a orientação de todo trabalho para o próprio homem, imagem e semelhança de Deus, que cumpre na atividade produtiva, a tarefa de perpetuar e aperfeiçoar a criação. A palavra do Gênesis: "Domina a terra, submetendo-a" confere um sentido positivo ao trabalho humano.

O elemento de fadiga e cruz lembra ao homem a parcela de "suor" inerente ao esforço hu-

mano, mas é prenúncio da caminhada para a ressurreição.

E pena que os dois elementos, o de domínio e o de fadiga, estejam no horizonte da relação do homem com a natureza, deixando de lado o que tem constituído o cerne da experiência humana e espiritual da classe operária: a solidariedade e a fraternidade nascidas do trabalho e da luta pela justiça e pela transformação da sociedade. A dimensão de solidariedade e de luta nascem não mais da relação com a natureza e sim da relação do homem com outros homens dentro do processo produtivo. ■

...que parece feita de encomenda para o Brasil

As encíclicas dos papas costumam ter uma abrangência universal e por isso mesmo não visam diretamente situações particulares de determinados países, a não ser em situações muito especiais, como a "Mit brennender Sorge" de Pio 11, contra os abusos do Estado totalitário nazista, mas conteúdo assim mesmo, no seu bojo, a condenação em geral do totalitarismo do Estado e do racismo.

No Brasil, a primeira Encíclica social, a "Rerum Novarum" de 1891 obteve escassa repercussão, absorvida como estava a Igreja do Brasil em assimilar a nova situação de separação entre esta e o Estado Republicano.

"QUADRAGESIMO ANNO" DE PIO 11

Quarenta anos depois, em 1931 a "Quadragesimo Anno" colhe o País em pleno debate da Revolução de 1930, da criação do ministério do Trabalho e da Legislação sindical. Os católicos pugnam, numa inesperada aliança com comunistas e anarquistas, por sindicatos livres, contra a legislação que atrelava o sindicato ao ministério do Trabalho.

Esta encíclica de Pio 11 ensejou também o apelo, durante o Estado Novo, ao caráter corporativo dos sindicatos, apresentado pelo Papa, como a melhor via para superar o conflito entre capital e trabalho. Pio 11 se inspirava manifestamente da "Carta del Lavoro" da Itália fascista. Este é talvez o ponto mais lamentável da doutrina social da Igreja. No seu receio de admitir qualquer posição que contestasse ou simplesmente constataste o conflito inerente à situação histórica que opunha a burguesia ao proletariado, a Igreja foi empurrada para propostas autoritárias e prejudiciais à luta da classe operária, reconhecida, hoje, por João Paulo 2.º, como "eticamente justa" para coibir os abusos do capital, e preservar a dignidade do trabalho.

DESENVOLVIMENTO DOS POVOS

A "Populorum Progressio" de Paulo 6.º, no início do governo Costa e Silva provocou uma apresada adesão do Governo aos princípios do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens. Enquanto denunciava as desigualdades internacionais e a brecha cada vez mais profunda entre os países industrializados e os países do Terceiro Mundo, através das trocas desiguais do comércio internacional, a encíclica caía como uma luva nos propósitos do Governo. Quando denunciava, porém, os desequilíbrios regionais dentro de um mesmo país, os desequilíbrios entre o campo e a cidade, já não era tão cômoda. Muito menos quando admitia expressamente o direito de insurreição nos casos de tirania evidente e prolongada (PP 31).

"MATER ET MAGISTRA" E "PACEM IN TERRIS" DE JOÃO 23

De maior repercussão entre nós foi a "Mater et Magistra", em 1961. Esta encíclica incluiu, pela primeira vez, num desenvolvi-

mento amplo, a questão da terra, crucial naquela época, pela criação das Ligas Camponesas no Nordeste, da Frente Agrária Gaúcha, dos sindicatos rurais e da pressão nacional por uma reforma agrária. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola fez imprimir, às custas do Estado, e distribuiu largamente o documento pontifício. Acendeu-se, internamente, a polêmica dentro da Igreja, com bispos apoiando a reforma agrária e outros, como d. Sigaud e d. Castro Maier, saindo na defesa rígida da intocabilidade da propriedade privada, através de seu livro: "Reforma Agrária, Questão de Consciência".

A "Pacem in Terris", também de João 23, de 1963, encontrou uma esquerda católica saída da JUC e da AP e que foi buscar nas palavras do Papa, apoio para as alianças que estabelecia no seio do movimento estudantil, do movimento camponês e sindical, com outras forças de esquerda, de obediência marxista. A distinção de João 23 entre as ideais filosóficas e os movimentos históricos de finalidade econômica, social e política, nelas inspirados, e que sofrem alterações profundas ao mergulharem nas situações históricas concretas, ensejou a abertura e o diálogo batejados pela encíclica (PT 159-160).

DESENVOLVIMENTO DOS POVOS

A "Populorum Progressio" de Paulo 6.º, no início do governo Costa e Silva provocou uma apresada adesão do Governo aos princípios do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens. Enquanto denunciava as desigualdades internacionais e a brecha cada vez mais profunda entre os países industrializados e os países do Terceiro Mundo, através das trocas desiguais do comércio internacional, a encíclica caía como uma luva nos propósitos do Governo. Quando denunciava, porém, os desequilíbrios regionais dentro de um mesmo país, os desequilíbrios entre o campo e a cidade, já não era tão cômoda. Muito menos quando admitia expressamente o direito de insurreição nos casos de tirania evidente e prolongada (PP 31).

Os desdobramentos da encl-

lica, cujos ecos perpassam todo o documento de Medellín, em agosto de 1968, foram abafados no Brasil pela implantação do AI-5. O tema do desenvolvimento, desenvolvimento de poucos às custas da marginalização da maioria foi sendo lentamente substituído na América Latina pelo tema da libertação, mais consentâneo com a opressão generalizada que se abateu naqueles anos sobre o País e o continente latino-americano.

A linha de inflexão de documentos sociais emanados de Roma sobrepujada por documentos brotados da realidade latino-americana, dá-se em Medellín. O fenômeno vai repetir-se dez anos depois em Puebla, em 1979.

Na década de 70, os documentos sociais que orientam a vida da Igreja no Brasil começam a ser, pouco a pouco, elaborados aqui

mesmo, primeiramente a nível regional, com "Ouvri os Clamores de meu Povo" (Nordeste — 1973) até alcançar suficiente consenso nacional com documentos das assembleias gerais da CNBB, tais como "Exigências cristãs de uma ordem política", em 1977 e a "A Igreja e a Terra" em 1980.

A "Laborem Exercens" entretanto causou um impacto imediato no País. Onde advelo este súbito e renovado interesse por um documento pontifício? Apenas a visita de João Paulo 2.º e sua imagem gravada na retina de milhões de brasileiros, para quem, ele se tornou simplesmente João de Deus, não explica tudo.

Houve uma conjunção de pelo menos dois outros fatores: uma conjuntura nacional perpassada por um debate extremamente vivo sobre as posições da Igreja

no campo social e o valor intrínseco do tema, o trabalho, presente ou dolorosamente ausente pelo desemprego, no cotidiano de, praticamente, todo homem jovem e adulto, quando não de crianças.

A QUESTÃO DA TERRA

Em que pese a imediata adesão à mensagem do Papa de quase todos os setores do espectro político, governo e oposição, PDS e PT, inclusive do senador Jarbas Passarinho, em áspere polêmica com a atuação da Igreja, a carta do Papa não deixa muito espaço de manobra para determinadas posições. A encíclica condena claramente as terras improdutivas e ociosas, falando do fato

desconcertante: "enquanto... importantes recursos da natureza permanecem inutilizados, há, por outro lado, massas imensas de desempregados e subempregados e multidões ingentes de famintos" (LE 18) indica ainda a situação típica de países em desenvolvimento, em que se inclui, obviamente, o Brasil onde "há milhões de homens que se vêem obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de alguma vez poderem chegar à posse, nem sequer de um pedaço mínimo de terra 'como sua propriedade'" (LE 21).

Nesta questão espinhosa da propriedade da terra, ganharam os bispos brasileiros precioso apoio à sua posição expressa no documento sobre a Igreja e a Terra em que se condena a "terra de ex-

ploração", isto é, a terra desvinculada do trabalho e submetida ao jogo da especulação ou usada como reserva de capital para valorização e sem nenhuma destinação social. João Paulo 2.º foi além de sua assertiva em Puebla, onde disse que "sobre toda propriedade, pesa uma hipoteca social". Depois de dizer que "a propriedade adquire-se primeiro que tudo, pelo trabalho e para servir ao trabalho", declara o Papa: a propriedade possuída com o fim de explorar o trabalho é contrária à própria natureza de tais meios e à sua posse. A propriedade e os meios de produção "não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir, porque o único título legítimo para a sua posse (grito é nosso) — e isto tanto sob a forma da propriedade privada como sob a forma de propriedade pública ou coletiva — é que eles sirvam ao trabalho" (LE 14).

Torna-se difícil depois de palavras tão claras, justificar a legitimidade de vastas áreas desocupadas no tecido urbano de São Paulo, como a Fazenda Itupú do IAPAS ou ainda a inconsequência dos poderes públicos que permitem, numa cidade estrangulada como São Paulo que 47% de sua área seja ocupada por terrenos baldios à espera de valorização e do jogo da especulação imobiliária, contra as necessidades de espaço e habitação de milhares de sem-teto, de "invasores", de habitantes de terrenos clandestinos e de dois milhões de favelados. Como justificar ainda a criminosa expulsão de "posseiros" transformados da noite para o dia em "invasores" de áreas que eles mesmos abriram e que amanhã, por vezes, há dezenas de anos, em toda região amazônica, em Goiás, no Maranhão, no Mato Grosso?

Segundo a Encíclica compete ao Estado em colaboração com outros empregadores diretos, estabelecer uma justa política de trabalho.

Prioridade número um desta política é assegurar trabalho a todos e "atuar contra o desemprego" que é sempre um mal e,

quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma calamidade social" (LE 18).

Custa acreditar que, no momento em que o desemprego já atingiu proporções alarmantes no setor industrial e espalha-se também para o interior onde os bóias-frias, afastados do trabalho pela geada e depois pela seca, esperam há semanas, sem trabalho, que o governo descanse alegremente o problema, dizendo que os números não são tão elevados quanto os sindicatos, as federações do comércio e da indústria e o próprio IBGE anunciam. Jogam-se com as taxas de desemprego, enquanto nada se faz, efetivamente, para minorar o mal.

Na falta do emprego, fundos de desemprego deveriam socorrer as necessidades imediatas dos sem

trabalho. A questão do seguro-desemprego arrasta-se, porém, em discussões burocráticas. Para a Encíclica, um fundo em favor dos desempregados, se falhar a política de pleno emprego "é dever que deriva do princípio fundamental de ordem moral, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples, do direito à vida e à subsistência". (LE 18).

SINDICATOS

A Conferência das Classes Trabalhadoras, a Conclat, realizada há pouco na Praia Grande revela o esforço dos trabalhadores para se organizarem autonomamente, contra os empecilhos que lhe impõem o Estado e o Ministério do Trabalho. A contínua interferência do Estado no funcionamento livre e autônomo dos sindicatos, depondo diretórias, estatuinto limites à criação de centrais sindicais, mantendo associações sob intervenção do Ministério do Trabalho, mostram quão grande é o caminho a percorrer para ajustar a política e a legislação do Estado aos princípios da Encíclica que o ministro Murilo Macedo declarou acatar plenamente e serem a expressão da política seguida por seu Ministério.

Os sindicatos, expressão do livre direito de associação são apresentados como elementos indispensáveis da vida social e um "exponente da luta pela justiça social" (LE 20).

A Encíclica reivindica uma dupla autonomia dos sindicatos: em relação ao Estado e em relação aos partidos políticos.

No capítulo das greves a Encíclica contradita toda a prática corrente do Estado brasileiro ao proclamar que "os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem" (LE 20).

O processo dos líderes sindicais do ABC, sua condenação em primeira instância, mostra quão longe estamos de resguardar direitos comecinhos, no exercício da atividade sindical e da justa luta dos trabalhadores.

Em dois momentos foi a Igreja duramente criticada nos últimos anos: quando de sua solidariedade▶



aos trabalhadores do ABC, nas greves de abril-maio de 1979 e 1980 e mais recentemente nos inúmeros conflitos que têm oposto trabalhadores rurais, de um lado, e grileiros, fazendeiros, jagunços, de outro.

O Papa, que foi ele mesmo trabalhador braçal durante a última guerra, pode proclamar com

palavra que brota da própria experiência que "para realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Uma tal solidariedade deverá fazer sentir

a sua presença onde a existam a degradação social do homem, sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para

assim ser verdadeiramente a "Igreja dos pobres" (LE-8). Será difícil pedir à Igreja do Brasil que deixe de prestar essa solidariedade que o Papa considera como sua missão e sinal de sua fidelidade a Cristo.

Estes, a nosso ver os pontos onde a Encíclica incide mais de perto em aspectos conflitivos e atuais

da realidade brasileira, fazendo dela um precioso guia para a consciência e as tarefas da Igreja e dos homens comprometidos com a causa da justiça e da dignidade do trabalho.

José Oscar Beozzo é padre e professor no Instituto Teológico de Lins.

se insere dentro dos ensinamentos da Igreja. Ensinamentos concretos, porque até agora muita gente divorciou fé e vida, fé e política. Essa encíclica está comemorando os noventa anos da encíclica "Rerum Novarum", e todos esses ensinamentos, que não são de agora, têm sua raiz no Evangelho, e

que não eram lá muito colocados na prática — e há muitos fatores que determinaram essa não colocação na prática. Esses ensinamentos ultimamente o vem sendo com uma urgência muito grande.

FOLHETIM — Isso quer dizer que podemos afirmar que as pastorais

são, realmente, a vivificação das doutrinas expressas pelas encíclicas?

DOM ANGELICO — Perfeitamente. Essas pastorais procuram no concreto da vida colocar os ensinamentos do Evangelho e os ensinamentos dessas encíclicas. Por exemplo, quando a gente compara essa última encíclica

com aquele documento da CNBB sobre a posse e o uso da terra, vemos uma coincidência enorme: os ensinamentos da CNBB dentro dos ensinamentos das encíclicas papais. E as encíclicas papais robustecendo o concreto da caminhada da Igreja, inclusive, no Brasil.

D. Angélico Sândalo, bispo de São Miguel Paulista, diz como a doutrina das encíclicas chega aos fiéis.

Os ensinamentos chegam ao povo

— Essa encíclica veio mesmo na hora certa!

Dom Angélico Sândalo, bispo auxiliar e vigário geral da região episcopal de São Miguel Paulista, por uns instantes ergue os braços enquanto exclama a frase. Em sua mesa, está a encíclica de João Paulo 2.º, "Laborem Exercens", com algumas passagens sublinhadas: sindicatos, direito de greve, as relações trabalho e capital. São assuntos que ele discute nessa entrevista a José Paulo Borges. Além disso, o bispo da zona Leste, como é conhecido, fala, com entusiasmo, de como as doutrinas expressas na nova encíclica podem ser vivenciadas na prática. E conclui: "As encíclicas papais robustecem o concreto da caminhada da Igreja".

FOLHETIM — Com quais os instrumentos a Igreja conta para colocar em prática as doutrinas expressas pelas encíclicas papais?

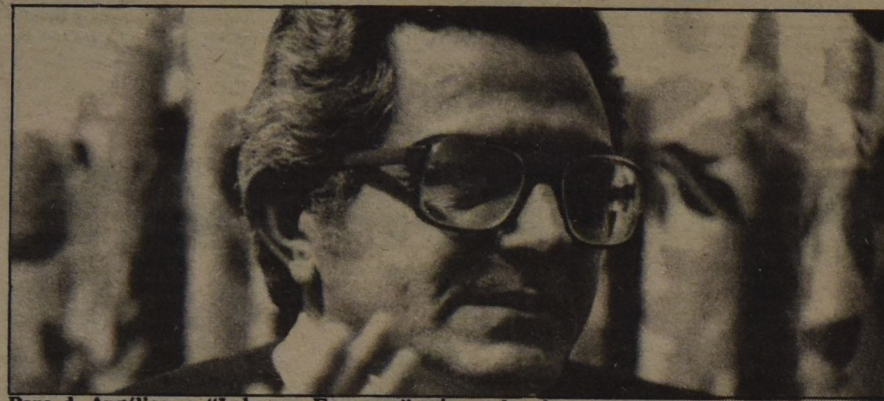
DOM ANGELICO — As encíclicas se inseriram dentro de uma caminhada da Igreja. Elas não caem do espaço, mas vêm num processo evolutivo. Primeiro, nós temos que inserir os ensinamentos das encíclicas dentro de contexto pastoral de cada país. A respeito, por exemplo, desta última encíclica de João Paulo 2.º, "Laborem Exercens", nós já estamos, no campo do teórico, em coincidência com os ensinamentos da CNBB. É impressionante como essa encíclica se insere dentro de toda uma caminhada de ensinamentos da Igreja, aqui no Brasil, a respeito da problemática do trabalho, da propriedade, do emprego, do uso da terra.

Então, a Igreja, em primeiro lugar, tem a preocupação de fazer com que esses ensinamentos emanados do Papa sejam conhecidos aqui no Brasil. Segundo: através de pastorais específicas, a Igreja faz com que esses ensinamentos se tornem vida na vida do nosso povo. De uma forma candente, atual, essa encíclica vem ajudar a pastoral operária na sua caminhada de dignificação do trabalho humano, na insistência de que o trabalho é um valor ligado, fundamentalmente, à pessoa do trabalhador. O trabalho faz parte do homem, constrói o homem. E o homem, através do trabalho, constrói a cidade habitável.

A encíclica vai ajudar a pastoral operária em toda a sua caminhada de reivindicação de salários justos, de participação na empresa: ela vai falar de coopropriedade, de coproprietários inclusive. Ela ajuda a pastoral operária a ter maior coragem na organização da classe trabalhadora. A encíclica defende a livre associação e o direito à greve. Não é criminoso quem se atira à greve. Através das pastorais específicas, esses ensinamentos são colocados na prática.

UMA MENSAGEM AO EMPRESÁRIO

FOLHETIM — Como deve ser o



Para d. Angélico, a "Laborem Exercens" veio em boa hora.

comportamento, daqui para frente, do empresário cristão com relação à "Laborem Exercens"?

DOM ANGELICO — Alá há todo um ensinamento rigoroso, por parte da Igreja. Por exemplo, a propriedade particular não é um bem absoluto. Ela tem razão de ser quando é colocada em função social. Nessa função social da propriedade particular o empresário cristão deve se atirar. O empresário cristão, diante desta encíclica, se vê na contingência de lutar, na sua e nas outras empresas, para que a remuneração do trabalho seja digna e não aviltante. Nós vivemos em um país em que o trabalho é aviltado, na questão da remuneração. E a encíclica chama seriamente a atenção no sentido da disparidade da remuneração do trabalho de uma forma gritante. Pessoas recebendo até mais de 200 salários mínimos e outras devendo sustentar a si e sua família com um miserável salário mínimo.

Outra coisa que eu acho que pode levar o empresário cristão a uma revisão é que a própria encíclica abre uma possibilidade à socialização. Socialização que não pode ser confundida com socialismo e nem com comunismo. Até há bem pouco tempo no Brasil quando se falava em socialização, logo se atribuía a pecha de que a Igreja estava querendo compactuar com o socialismo e com o comunismo. Hoje, a encíclica abre possibilidade à socialização dizendo o quanto ela é possível. Ela diz: "Poder-se-á falar de socialização quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se como um proprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais."

Entre a propriedade que fica nas mãos de poucos e uma propriedade que fica na mão do Estado, a encíclica vai defender uma socialização que seja uma espécie de co-propriedade. Para garantir esse objetivo, a encíclica reivindica a possibilidade de vida a uma série de corpos intermediários com finalidades econômicas sociais e culturais.

Acho que aí também o empresário cristão pode muito trabalhar e mudar essa situação em que estamos vivendo de um capitalismo — que não é neocapitalismo coisa nenhuma — mas um capitalismo selvagem, responsável pela concentração de bens nas mãos de poucos pela espoliação de multidões.

O PAPEL DO SINDICATO

FOLHETIM — Essa última encíclica não estaria apontando um caminho para que haja, finalmente, uma convivência entre o capital e o trabalho?

DOM ANGELICO — É interessante esse aspecto da encíclica. A encíclica não opõe capital e trabalho. Ela chega mesmo a dizer que os meios de produção, o capital, são construídos através dos tempos pelo trabalho. E vai dizer que capital e trabalho não estão em oposição. Mas vai insistir reiteradas vezes que o capital deve estar a serviço do trabalho e não o contrário: o capital dominando o trabalho.

FOLHETIM — Através da leitura de trechos da encíclica, naquela parte que fala de sindicatos, podemos afirmar que o fortalecimento dos sindicatos é uma peça fundamental para a consolidação da democracia?

DOM ANGELICO — Eu acredito em sindicatos fortes, desatrelados do ministério do Trabalho. E a encíclica faz um apelo para que os sindicatos não se envolvam em política, e que os políticos também não façam uso dos sindicatos, coisa que acontece aqui no Brasil. Cito textualmente a encíclica:

"A atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política, entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum, ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política, no sentido que hoje, comumente se vai dando a essa expressão. Os sindicatos não têm o caráter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Os sindicatos devem estar desatrelados dos partidos políticos,

eles devem realmente ser livres para que eles possam se colocar como organismos intermediários na defesa dos interesses do homem trabalhador".

É evidente que se nós tivermos sindicatos, organizações intermediárias fortes, nós estaremos livrando o homem trabalhador da opressão da propriedade do capital, que se concentra nas mãos de poucos, e também da opressão do capital nas mãos do Estado.

O CAMINHO CORRETO

FOLHETIM — Aqui na Zona Leste como o povo recebeu a última encíclica de João Paulo 2.º? Está sendo feito algum trabalho para levar a encíclica ao povo?

DOM ANGELICO — Nós sentimos uma alegria enorme ao receber essa encíclica, porque ela vem nos dizer que devemos continuar nessa caminhada. Em primeiro lugar, no trabalho de reunir o povo disperso. Um povo de migrantes, desempregados e subempregados. Então, devemos reunir esse povo e dar-lhe a consciência do valor do trabalho e de que esse povo constrói-se e constrói o nosso País através do trabalho humano. Em segundo lugar, a encíclica vem robustecer a nossa caminhada de reunir o trabalhador dizendo que sua força está na sua união e organização no bairro, no sindicato e na empresa. Em terceiro lugar, a encíclica vem dar força à nossa caminhada no sentido de fome e sede de justiça.

O povo vai se organizando devagar para ir reivindicando, também o solo urbano. O solo urbano tem que ser usado por todo povo. O solo urbano se justifica como o solo de habitação não como solo de exploração. A encíclica, em outras palavras, robustece essa nossa caminhada. Que o povo não fique mais apinhado nas favelas, concentrado às margens dos córregos, mas que tenha, realmente, acesso a esse solo e possa plantar sua casa. Nós estamos caminhando para a reivindicação da reforma urbana.

A encíclica vem robustecer também a nossa caminhada, atualmente, em todo um trabalho que temos feito contra o desemprego. É incrível como se avoluma o número de desempregados. E nós temos reunido esse povo sofrido e conscientizando-o de que o trabalho é um dever e um direito do homem. E que em toda nação que se preze, o Estado tem a obrigação de dar trabalho para o povo.

A ENCÍCLICA CHEGA AO POVO

FOLHETIM — Quer dizer que a encíclica já chegou ao povo e o povo está respondendo à encíclica.

DOM ANGELICO — Perfeitamente. Eu acho que todo um trabalho que se verifica nas Comunidades Eclesiais de Base, na Pastoral Operária, na Pastoral dos Direitos Humanos, nada mais tem sido do que um trabalho que

Uma encíclica não é um dogma, mas parte do ensino doutrinário da Igreja. A explicação é do bispo de Bauru, d. Cândido Padim, neste depoimento ao correspondente Danton Gamba

A força de uma doutrina

Quando se pretende saber o valor doutrinário de um documento pontifício, convém situá-lo dentro das diferentes formas de pronunciamento do magistério da Igreja. Há raras ocasiões em que a Igreja julga necessário definir uma verdade como pertencendo ao depósito dogmático da revelação. Isto é, verdades que constituem a própria essência da mensagem cristã e que, por isso, devem ser aceitas necessariamente por todo aquele que faz parte da Igreja Católica.

"Essas definições dogmáticas são relativamente poucas e muito raramente o papa recorre à forma solene de definição dogmática. Além dessa forma de expressão do magistério da Igreja, há também o que se denomina o magistério ordinário. E o ensino da doutrina da Igreja que faz parte da sua tradição absolutamente firme e segura. Dentro dessa categoria de magistério ordinário da Igreja, é que se inserem todas as encíclicas que tratam dos chamados problemas mistos. Problemas que incluem, sem dúvida, a definição de valores éticos e também a apreciação dos valores sociais, mesmo temporais."

"Pois a vida do cristão não se circunscreve apenas às relações religiosas com Deus. Ela se realiza também através da forma de expressão da vida humana global, inclui portanto os valores culturais, os valores econômicos, intelectuais, políticos, artísticos e de modo especial, os valores referentes ao trabalho humano. A encíclica "Laborem Exercens" apresenta um grande valor como continuidade e coerência na apresentação da tradição da Igreja, a partir principalmente de Leão 13.

Tanto Pio 11 como Pio 12 procuraram explicitar de um modo mais claro, alguns aspectos que estão contidos no ensinamento de Leão 13. Depois de Pio 12, temos principalmente a contribuição do Concílio Vaticano 2.º, que foi também uma forma de exercício do magistério ordinário, pois esse magistério pode ser exercido tanto pelo papa pessoalmente, por sua iniciativa, como também pelo pronunciamento do episcopado de toda a Igreja juntamente com o papa.

E o que ocorre num Concílio Ecumênico, isto é, universal, que só tem valor por ser convocado pelo papa e sancionado por ele. Assim, nesse caso, é todo o episcopado que em comunhão com o Santo Padre afirma certas verdades que estão contidas no magistério ordinário. Esta última encíclica de João Paulo 2.º é bastante rica em aplicações do magistério ordinário em relação à evolução dos problemas sociais e de um modo especial dos problemas que envolvem toda a problemática do trabalho humano.

"Vê-se uma característica muito própria de João Paulo 2.º. Ele tendo sido operário, tendo participado dessa



Ilustração de Jun Yokoyama

condição, sabe expressar, a partir da ótica do trabalhador, as necessidades mais urgentes na afirmação da sua dignidade. Por isso, ele parte, como também Leão 13 da afirmação da dignidade do trabalho vinculada à dignidade da pessoa humana, rejeitando portanto toda visão mercantilista que tratava do trabalho como simples mercadoria."

"Isto faz parte do próprio conceito da vida cristã. O homem realiza o trabalho na perspectiva de um projeto do plano divino. Por este motivo, os direitos ao desenvolvimento da pessoa e da família são critérios fundamentais para a regulamentação do direito ao trabalho. Os resultados do trabalho humano devem garantir o desenvolvimento da pessoa e garantir a manutenção digna e humana da família. Não se pode medir, portanto, o produto do trabalho apenas pelo interesse da produtividade social e estatal, nem mesmo da empresa. Não pode ser este o único critério a valorizar o fruto do trabalho.

"Há um outro ponto que o santo padre João Paulo 2.º apresenta de uma maneira muito esclarecedora para a época moderna. E todo o capítulo que se refere à propriedade. Ele

relaciona o direito à propriedade intimamente ao exercício do trabalho, chegando a afirmar que o trabalho é o único título legítimo para justificar a propriedade pessoal. Neste ponto, João Paulo 2.º é, a meu ver, mais explícito que os papas anteriores, talvez porque ele viveu no país que está sujeito a uma forma socialista. E experimentou aquilo que os trabalhadores tiveram como forma de reconhecimento dos seus direitos.

"Ele confirma, evidentemente, a doutrina da Igreja e reconhece a legitimidade da propriedade privada. Mas esclarece que não se pode afirmar que a propriedade privada, principalmente dos meios de produção, seja a única forma legítima de propriedade. Ele admite que em relação a certas áreas de produção social e certas formas de produção é perfeitamente legítima a propriedade socializada.

"Estabelece, porém, critérios para justificar uma e outra forma. Tanto a propriedade privada, inclusive dos meios de produção, como a propriedade socializada, principalmente pelo Estado, só pode ser justificada se ela se orientar para garantir os direitos do trabalho. Isto é, não se

pode reconhecer na propriedade privada como que um título absoluto que se contraponha aos interesses do trabalhador. A propriedade privada nos meios de produção não pode ter por finalidade enriquecer aquele que detém o capital, tanto o detentor particular do capital, como o detentor Estado, num e noutro caso. Essa propriedade se justifica na medida em que ela contribui para melhor assegurar os direitos do trabalho. Vê-se aí que João Paulo 2.º está trazendo um aspecto relativamente novo.

"Novo na doutrina da Igreja, não na doutrina substancial e sim na aplicação desta doutrina. Isto é, ele alude ao fato das condições da civilização moderna e cita especialmente o caso dos novos países africanos que adquiriram a sua autonomia política. Essas evoluções da civilização vem demonstrando que é possível encontrar em certas formas socializadas uma maneira de garantir o exercício dos direitos do trabalhador. Então, ele disse que se esses direitos forem realmente assegurados pode haver a propriedade socializada para certos setores da economia.

"Mas, ele acrescenta que mesmo nesses casos os que trabalham, os que estão contribuindo para a produção, devem ter alguma forma de decidir da aplicação dessa propriedade. Em outros termos, é o que os outros papas assinalaram como as possíveis formas de participação na gestão da empresa e nos lucros da empresa. Esta é uma maneira de o trabalhador estar participando também das decisões que vão influir nos resultados da vida do próprio trabalhador.

"Creio que essas contribuições de João Paulo 2.º são muito oportunas porque hoje volta-se a afirmar uma necessidade de uma opção radical entre o capitalismo e o coletivismo. Ora, João Paulo 2.º afirma que a doutrina da Igreja se opõe tanto a uma concepção de uma economia puramente capitalista, como se opõe a uma visão puramente coletivizada. Ele quer afirmar que o trabalho tem prioridade sobre o capital. O capital deve servir ao trabalho, não deve ter o valor absoluto, seja ele nas mãos de particular, seja nas mãos do Estado.

"Essa afirmação da prioridade do trabalho vem contribuir para que toda a organização de defesa dos direitos dos trabalhadores seja reconhecida como uma organização autônoma e é o que diz o Papa: o sindicato é o órgão de defesa dos direitos do trabalhador, e como tal, deve ter plena autonomia e liberdade sem prejudicar evidentemente o bem comum de toda a sociedade. Creio que essas contribuições e alguns outros aspectos que seria longo abordar, podemos reconhecer na encíclica "Laborem Exercens" uma extraordinária contribuição para clarificar vários problemas que estão atingindo o mundo da economia e do trabalho."

Uma idéia tem dono? Uma questão surgida da polêmica José Guilherme Merquior-Marilena Chauí

O proprietário do pensamento

Que pena, nunca li nada de Claude Lefort. De Marilena Chauí li pouca coisa: posso me considerar antes "ouvinte" de algumas aulas suas, conferências e debates do que sua leitora assídua. De José Guilherme Merquior ao contrário, li muita coisa — provavelmente dada a sua posição de crítico oficial da revista "Veja". Mas ao me inteirar da polêmica que abala os meios acadêmicos e intelectuais deste País, percebo um paradoxo: algumas idéias do pensador Lefort me parecem familiares. Participam de meu sistema de pensamento, contribuem, para a minha reflexão sobre os "mistérios do mundo" (perdão, Marilena). De onde vieram essas idéias, como me chegaram? Não sei. O mesmo em relação ao pensamento de Chauí. Parece que me apropriei dele ou de partículas dele, e sobre elas meu próprio pensamento se move com mais liberdade do que antes de conhecê-las. Das idéias de Merquior, pelo contrário, não consigo me apoderar. Algumas expressões dançam na minha cabeça justamente porque se popularizaram (?) ou ganharam algum vigor ao participarem de um confronto quase direto com o trabalho de Marilena Chauí: "alfândega epistemológica", "mimetismo" e outras. Me incomodam: não sei ao certo o lugar delas nem seu destino exato. De resto, não sou capaz de me lembrar de nenhuma linha, nenhuma reflexão escrita por esse senhor.

Evidentemente isto não é critério que permita avaliar a qualidade do pensamento de ninguém. Se o que Merquior escreveu não me serviu para nada o problema é todo meu. Mas em clima deste fato começo a me colocar a questão da produção social das idéias e da sua apropriação, também social. A questão (já bastante trabalhada por Marilena e também por Lefort e talvez também por Merleau-Ponty e outros que desconheço) do pensamento ideológico versus pensamento crítico.

NOVA IDÉIA

Quando me refiro a pensamento crítico falo de um tipo de experiência pela qual o leitor também já deve ter passado algumas vezes. Quando uma idéia nos atinge de maneira irreversível; quando não se consegue continuar enxergando o mundo da mesma forma após se ter entrado em contato com uma nova idéia; quando não se é mais o mesmo: o pensamento de alguém teve o poder de nos colocar em crise; quando algumas questões passam a nos parecer obsoletas e novas questões se impõem com uma força aparentemente inexplicável, em consequência de uma leitura, de uma conversa, de um debate; quando certas idéias modificam nossa prática: abrem perspectivas, ampliam o espaço de liberdade dentro do qual nos movemos, tornando incômoda a posição anterior. Se este pensamento é mais verdadeiro que outros? Acho que sim, na medida em que tenta atender a uma demanda verdadeira e sempre encoberta pelo outro, o pensamento ideológico: a demanda pela transformação. Pela possibilidade de se desmontar a partir de dentro o arcabouço

Maria Rita Kehl



de idéias e representações que legitimam a opressão a qual, essa sim, todo oprimido reconhece na própria pele mesmo que nem sempre seja capaz de apontar objetivamente de onde vem e como se articula.

Não sei se o pensamento crítico é científico no sentido estrito da palavra, pois opera a partir de uma utopia e a utopia expressa uma possibilidade e um desejo. Está, portanto, permeada pelo subjetivo e eu aprendi que o subjetivo não tem estatuto de ciência, embora pense às vezes que nada mais confiável, nada mais identificável e portanto nada mais verdadeiro do que a expressão de um desejo. Sobre tudo em se tratando de um desejo social, o desejo de uma coletividade, um povo, uma classe. Porque na hora que esse desejo se objetiva, se faz ação e realidade. Ai se constrói a partir dele um corpo de conhecimento e prática ao qual se denomina ciência. Ou seja: o pensamento crítico é prenúncio das próximas verdades que regerão a vida de uma sociedade. E que não serão igualmente verdades absolutas pois a história se move e novos desejos pintam, novas utopias se constroem...

PENSAMENTO PODEROSO

É claro que o pensamento crítico é poderoso apesar de não vir do lugar onde os poderosos se instalam. Por isso, por exemplo, seu espaço é circunscrito. A sociedade cria regras para a reflexão, estabelece limites precisos para a especulação, para o movimento das idéias. O voo livre do pensamento é permitido apenas aos poetas e os poetas seriam considerados inofensivos pois produziriam belas formas e não conhecimento. Aos filósofos atuais (pois nos antigos nem sempre é claro o limite entre o lógico e o poético) é

negada a plena liberdade do pensamento. A polícia das idéias — talvez a tal alfândega epistemológica a que se refere Merquior — é a academia, e num tempo em que as idéias se tornam mercadoria como tudo o mais não faz sentido ao filósofo produzir fora da academia já que idéias "sérias" produzidas por um qualquer perdem grande parte de seu valor comercial. Além disso, convenhamos: a academia ainda é o grande empregador daqueles cuja força de trabalho especializada é intelectual.

Assim sendo, tem ela plenos poderes para estabelecer o que é lícito e o que não é, em termos de produção científica e/ou filosófica e, quem sabe, dentro em breve também em termos de produção poética (pois sempre se pode criar uma lei para regulamentar tal profissão e exigir diploma, registro em entidade de classe e títulos hierárquicos dos pretendentes a poetas). E a academia criou preceitos segundo os quais não se pode fazer uso das idéias de outrem sem citar devidamente o proprietário de tais idéias (preceito que, diga-se de passagem, Marilena Chauí seguiu rigorosamente em seus trabalhos uma vez que não lhe interessava comprar polêmicas inúteis e baratas). Imaginar que as idéias tenham proprietários e que seja possível estabelecer claramente essa propriedade é tão absurdo quanto responsabilizar exclusivamente uma pessoa por aquilo que ela é.

Se eu sou fruto de meu tempo, de minha história, de minha cultura, minha formação familiar e genética, dos movimentos sociais que formam o campo em que me desenvolvo — o que dizer das minhas idéias? Gostaria de explicitar claramente em que fonte busquei cada pequeno componente desse imenso campo em constante

movimento que é meu pensamento (e o seu, e o dele) mas tal trabalho me exigiria frear esse movimento, compartimentar as idéias, delimitar essa interação da qual se produz sempre uma terceira coisa sem dono e sem origem precisa — alguma nova idéia. E que talvez não seja "nova" já que participa do movimento maior e descontrolado gerado pela produção social das idéias do meu tempo — e portanto posso encontrar equivalentes da "minha" idéia, ligeiramente modificados, rolando por aí.

O DONO DA IDÉIA

O resultado dessa tentativa de se regulamentar a propriedade das idéias, apesar de possuir alibis justos como "a defesa do consumidor, o leitor" ("Veja") é político. A academia dá sempre crédito aos seus, aos que considera dignos de crédito. Quem vai citar em nota de rodapé que a motivação inicial para a produção de uma brilhante tese partiu de alguma conversa em noite de lua com algum avô calpira que falou com magia e ignorância de algum dos mistérios dessa vida? Aliás: quem é capaz de detectar a origem de cada pequeno fragmento dos movimentos do intelecto? Importa citar os citáveis.

A massa na qual fermentam nossas idéias, a massa viva e social que nos sugere problemas e soluções, impasses e caminhos, essa é anônima e indígna. E importa delimitar o espaço de circulação do pensamento crítico para que a grande maioria continue alheia a ele e não seja nunca reconhecida como fonte de grande parte das idéias do nosso tempo. Importa manter os movimentos do pensamento transformados (já que parece impossível detê-lo de vez) sob controle. Disciplinado, obediente, sóbrio — assim como os movimentos da prática que ele tem o poder de engendrar. Importa controlar esse poder.

Ao terminar esse artigo percebo que não consigo localizar em meio às reflexões que correram aqui, que idéias efetivamente "me pertencem" que idéias "pertencem" à própria Marilena, que idéias "pertencem" a pensadores que li ou dos quais ouvi falar e que me influenciaram sem que eu tenha sequer anotado seus nomes. Não creio que eles venham requerer seus direitos autorais porque essa briga é evidentemente política — e os que estão "do mesmo lado" parecem ter todo o interesse em socializar o fruto de seu trabalho, para que suas idéias circulem o mais possível e instrumentalizem da melhor maneira possível essa briga cinzenta e inevitável. O que me faz concluir que só consigo pensar a questão da produção e apropriação social das idéias a partir da utopia de uma sociedade sem classes e sem opressores, utopia que define o campo de idéias em que me movimento e o campo social em que atuo. Utopia de uma sociedade de homens livres (perdão Merquior pelo "lugar comum" do meu desejo comum), onde as idéias e o trabalho não tenham proprietários mas sujeitos. E quando se é sujeito da própria ação, pode-se ser generoso quanto aos frutos que esta ação produz.

Tema da liberdade e da ideologia no livro "Cultura e Democracia" da filósofa Marilena Chauí

Marilena, o logos apaixonado

Alfredo Bosi



Marilena Chauí: uma reflexão ardente sobre a inteligência

Marilena Chauí já estudou Merleau-Ponty e Espinosa em trabalhos de alto nível que provaram a sua vocação de intérprete de uma tradição filosófica que aspira a conhecer o sentido do todo sem cair no risco, sempre iminente, de adormecer nas desertas moradas da abstração.

Quem conhece de perto o seu discurso e as suas fontes, que vão de Espinosa aos fenomenólogos, com longas jornadas em Hegel e em Marx e nos últimos marxistas, pôde apreender esta sua tensão interna, não raro impetuosa, entre a necessidade lógica do sistema e o desejo de não perder a verdade do momento vivido, que se chama carne, que se chama tempo, que se chama luta. Esse desejo de alcançar, enfim, o concreto, franqueando corajosamente o empírico e o categorial, tem levado Marilena Chauí a uma intensa militância teórica e a uma reflexão ardente sobre os liames que prendem a política à inteligência, a política à cultura.

"Cultura e Democracia" reúne alguns dos seus últimos ensaios, ou "falas", como prefere dizer, textos em que o polemizar e o pensar entram no reino dos sinônimos perfeitos.

Simplificando, para começar, o livro lida com três temas fundamentais:

- o tema da ideologia e de sua crítica
- o tema da cultura popular
- o tema da democracia.

No coração de cada um trava-se a luta. No primeiro, contra o mito da competência neutra e racional do cientista. No segundo, contra o teor autoritário das práticas elitistas ou populistas. No terceiro, contra certas concepções tecnocráticas de socialismo.

É naturalmente impossível explorar aqui a riqueza conceitual com que Marilena Chauí enfrenta cada uma dessas vastas matérias. O discurso vivo nunca se resume: acompanha-se com renovada surpresa, recolhe-se com atenção, remói-se com vontade de levá-lo à frente, comprová-lo no real e soltá-lo no rio do pensamento nosso de cada dia.

Reparo apenas em alguns marcos para que se me torne mais familiar uma paisagem à primeira vista desorientante pelo seu movimento de tantas direções.

A diferença entre ideologia e saber é talvez o motivo condutor de "Cultura e Democracia". Ideologia como pseudofilosofia, alinhavo de apriorismos, defesa recorrente do mesmo, recusa da experiência, logo cegueira. Ideologia como ideário instituído, paralisação da crítica, sectarismo, instrumento dócil de todos os dirigentes, justificação fácil de todos os confortados. Má positividade, quando encravada no poder; má negatividade quando, fora do poder, simula uma pose crítica, mas na verdade aspira também ao domínio pelo domínio.

O pólo oposto à ideologia é o saber. A luz da dialética hegeliana incide aqui sem sombras: o saber é um trabalho, uma superação-conservação da experiência imediata, um risco do ignorado e do obscuro, uma aventura sem retorno, como a de Ulisses que Dante figura singrado mares noturnos e morrendo à procura de novas e inacessíveis praias.

A forma atual e mais insidiosa de ideologia seria o que Marilena Chauí batiza de "discurso competente", isto é, a linguagem supostamente neutra dos tecnocratas. Nada mais oportuno nesta hora em que as melhores esperanças de renovação se aliam no projeto de ouvir a voz dos que até hoje vêm cumprindo e pagando o preço das decisões burocráticas. O discurso "competente" é desmascarado enquanto mensagem que se autogarante, discurso da evidência e, por natureza, discurso da razão.

Parece-me que Marilena retém da variada gama semântica da palavra "competência" apenas a conotação de exclusividade burocrática: competência seria, tão-só, o espaço de poder que se exerce no interior de uma hierarquia. Não por acaso, o verbo que está na base do termo é "competir". E "competência" (espanhol) se traduz pela nossa bem conhecida "concorrência". Lembro este aspecto porque algum leitor menos avisado poderá supor (e suporá mal) que a filósofa esteja condenando a competência no seu sentido usual e positivo de conhecimento idôneo, fruto de um empenho intelectual e moral sobre os dados da experiência; sentido este que o torna próximo de "saber".

O ensaio "Crítica e Ideologia" também se move no campo de conceitos batido pelo primeiro tema da obra. Como nasce a ideologia? A resposta tem de ser, ao mesmo tempo, histórica e teórica. A ideologia é um complexo durável de representações e valores que pretendem explicar e justificar por que a sociedade onde se vive é assim, ou precisa ser assim, e não de outro modo. Nessa perspectiva, a ideologia vem a ser a filosofia da História dos vencedores, introjada muitas vezes pelos vencidos. No seu movimento redutor a ideologia tende a estreitar e, mesmo, a substituir a história vivida dos sujeitos e dos grupos descontinuos da sociedade pelas explicações lineares que os dominadores inventam sobre essa mesma história. Não podendo ou não querendo refletir a prática das várias forças em presença em cada conjuntura, a ideologia toma, uma vez mais, o lugar do saber.

Qual seria o discurso contra-ideológico mais eficaz? O positivista ainda propõe para remédios dos males a linguagem da ciência objetiva, confiado que está em certezas que, afinal, se têm revelado, no melhor dos casos, hipóteses prováveis ou formalmente coesas. Para Marilena (e para toda uma corrente da "Dialética Negativa" que ela estima e interpreta), a verdadeira fala contra-ideológica não se identifica com a da ciência, mas com o discurso crítico que minaria por dentro a falsa universalidade das idéias dominantes.

A recusa, às vezes drástica e apaiço-

nada, da ciência enquanto objetividade está a exigir de Marilena Chauí um esforço renovado, pois sinto ainda algo de verde em sua posição crítica na medida em que se atém a considerar as relações entre sujeito e objeto. É uma fala coerente, mas ganharia em concreção se fosse mediada pela epistemologia das ciências partilhadas. O nexa posto entre objetivismo e dominação merece um contraponto dialético, pois, com determinações si-métricas pode-se facilmente construir relações bastante sólidas entre subjetivismo e poder. Há, portanto, novos desdobramentos a fazer no discurso encetado por Marilena Chauí que, também sob esse prisma, se mostra aberto e promissor.

000

Nos ensaios sobre cultura popular, a questão avança em mais de um ponto. Admitir o caráter plural da cultura (o singular engana e leva a impasses) é sempre um bom começo. Outro passo feliz distingue entre a situação cultural contraditória do oprimido, com lastro em recentes pesquisas de antropologia e psicologia social, e as injustas denúncias de "alienação" que a má consciência de alguns intelectuais projeta sobre toda a vida simbólica das classes pobres. Esta sombra, que o velho elitismo só faz avultar, e que os populismos mal disfarçam, esta nuvem de confusões, Marilena nos ajuda agora a dissipar, e nós lhe somos gratos pelo vigor e clareza com que o fez.

Um re-conhecimento do que é cultura de resistência e uma nova iluminação das práticas religiosas, nesse preciso contexto, me leva a pensar, com alegria, que não se deu em vão o trabalho do saudoso Duglas Teixeira Monteiro sobre os rebeldes messiânicos do Contestado. "Nos redutos tinha mistério." E os redutos são muitos. É claro que a estratégia de Marilena Chauí, nessa espinhosa questão da religiosidade popular, se move entre a plataforma e o horizonte possível do materialismo. Mas agradeço a Deus (que é Necessidade e Liberdade, como sabe uma grande leitora de Espinosa) o fato de seu materialismo ter sido o bastante dialético para inspirar-

lhe distinções ousadas como esta: "No entanto, a politização da religião e a religiosidade política não possuem o mesmo sentido: na primeira, exige-se que o invisível se manifeste; na segunda, que o visível se oculte. E essa diferença é maior do que tudo quanto possa imaginar nossa vã filosofia." (pág. 81).

000

O ensaio central e mais bem-acabado de todos retoma a questão democrática. Começa pela análise de dois modelos: o liberal-concorrencial, de Scumpeter, e o participativo, de Mac Pherson, este bem mais radical em suas propostas de representação popular. Mas em ambos a democracia se estreita como sistema basicamente institucional, ou "político", no sentido menor do termo, ao passo que a estrada real da sua realização seria, nos termos de Marilena Chauí, a de "forma da própria vida social". O que, desculpado o óbvio, só pode alcançar-se com a mudança do regime de produção e de propriedade.

Para chegar à democracia real, isto é, àquela em que a forma das relações políticas significasse uma estrutura sócio-econômica igualitária, a tática historicamente conhecida tem esbarrado no impasse do planejamento centralizador com vastos aparelhos burocráticos. E aqui se ergue o terceiro e maior ídolo polêmico de Marilena Chauí: a tecnocracia.

O gigante é atacado pelos pés que, aliás, já não são de barro, mas de chumbo. A que visa o planejamento estatal nas economias socializantes do mundo atual? Visa à produtividade, em primeiro e principal lugar. O Estado forte se obriga, cada vez mais, a racionalizar a economia nacional. Ora, o anarquismo modular de Marilena rebela-se contra toda concepção dirigida do Estado porque nela vê uma contração da grande empresa capitalista igualmente centrada na exploração do trabalho e no crescimento da mais-valia. A democracia social, se programada pelo Estado forte, aparece, portanto, no texto de Marilena, como um novo mito, ou, mais corretamente, uma nova ideologia de coloração autoritária.

Para dizer as coisas logo e com sofrida lealdade: o pensamento político de Marilena Chauí me parece, paradoxalmente, utópico e necessário. Utópico — porque nada nos garante, sequer de longe, que a luta contra o imperialismo, nas suas formas cancerígenas atuais, possa dispensar a mediação de um Estado planejador. Mas é um pensamento vitalmente necessário: porque, ou se constrói a democracia no processo político, aqui e agora, ou (se deixada para "depois"), ela talvez se perca para todo sempre.

Há uma verdade irrecusável na crítica que Marilena faz à tecnoburocracia, e que lembra de perto os precoces ataques de Simone Weil ao stalinismo. Este nada fez para destruir a "condição operária", e é por aí que passa o projeto dos que desejam que democracia e socialismo possam, afinal, ser apenas dois nomes de uma coisa só.

000

O livro de Marilena Chauí vale como prova e alto exemplo de um saber militante. Quando baixar a poeira levantada por equívocos sem maior importância, "Cultura e Democracia" terá que ser debatido com a seriedade e a paixão que merece da inteligência brasileira uma obra de Marilena Chauí.

Alfredo Bosi é professor de Literatura Brasileira na USP e autor, entre outros, de "História Concisa da Literatura" e "O Ser e o Tempo da Poesia".

Ilustração de Dard Lopes



Fim do caso

1

Não consta que ela tenha sido atraída pelo assassino para uma noite de amor. A verdade no entanto é que esperava aquele momento com tal intensidade que não deixou nenhum aviso dizendo se ia voltar ou não. Além do mais fazia frio naquela noite e ela enfrentou o mau tempo de sandálias e sem o menor agasalho. Alguns supõem que se descuidou do detalhe por negligência, outros o atribuem à sua elegância; mas o fato é que desde o início ela se expôs ao perigo de um modo insensato.

2

Não é exagero achar que o vento fez mal à sua pele bem tratada. O desconforto porém não a fez arredar pé da decisão de atravessar a praça, seguir a avenida, enfiar pela ruela onde as rajadas assobiavam e entrar no prédio onde ele a aguardava com luvas de borracha. Hoje ninguém duvida que ele estivesse disposto a estrangulá-la; a dificuldade é que àquela altura talvez nem ele soubesse. Pois na superfície o hábito de cobrir os dedos com borracha indica

apenas um esforço de proteção por mais estranho que seja o material empregado. Ele se justifica em parte pelo frio, em parte como recurso de assassino potencial. Os que insistem numa deliberação de apagar os vestígios lembram que a compulsão da higiene afeta principalmente os mais civilizados.

3

Não é improvável que ela tenha passado a se considerar uma vítima pouco antes de abraçar o assassino. Naturalmente ele encarou a entrega como um passo a mais na realização das suas veleidades; tanto que a envolveu nos braços e acreditou-se capaz de amá-la, não fosse a decisão prévia de matar. Isso não significa que hesitasse na hora da violência — pelo menos não há indícios nesse sentido. De qualquer forma o resultado permanece inalterado e é diante dele que o observador deve se situar.

4

O que mais chama a atenção é que ela queria viver: não só a posição do corpo como os depoimen-

tos que vieram depois confirmam essa determinação. Como imaginar, nesse caso, que ela se encaminhasse voluntariamente para a morte certa? Mesmo que não tivesse clara a noção do que podia acontecer, a margem de suspeita era suficientemente ampla para convencê-la a evitar o encontro com o assassino. Afinal este se deu nas condições mais favoráveis — especialmente quando se tem em mente que era noite, fazia frio, estavam a sós e desconheciam a direção profunda dos próprios atos. Dessa perspectiva é fácil concluir que ele só se apoderou dela na hora em que se rompeu o equilíbrio precário entre ambos: ele a agarrou como a uma tábua de salvação e deixou que os dedos enluvados apertassem o pescoço à mostra.

Ainda assim resta saber o que os olhos dela viram no último instante; é quase certo porém que tenham conservado mais a imagem do sacrifício do que a de um acordo de vontades.

Modesto Carone é escritor e professor de Literatura na Unicamp. Autor de "As Marcas do Real" (Paz e Terra) e "Aos Pés de Matilda" (Summus).